

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WELLINGTON SOUZA SILVA

**Jerusalém em Bruxelas: o discurso de Bruges e a
mudança da política externa britânica para a
Comunidade Europeia em 1988**

São Paulo

2017

WELLINGTON SOUZA SILVA

**Jerusalém em Bruxelas: o discurso de Bruges e a
mudança da política externa britânica para a
Comunidade Europeia em 1988**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), para a obtenção do título de Mestre em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Kai Enno Lehmann

Versão Corrigida

A versão original se encontra disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, documentos impresso e eletrônico.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Silva, Wellington Souza

Jerusalém em Bruxelas: o Discurso de Bruges e a mudança da política externa britânica para a Comunidade Europeia em 1988 / Wellington Souza Silva -- Orientador Prof. Dr. Lehmann, Kai Enno. São Paulo: 2017.

34. p.

Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Instituto de Relações Internacionais.

1. Discurso de Bruges. 2. Política Externa – Reino Unido. 3. Comunidade Europeia. 4. Margaret Hilda Thatcher. I. Lehmann, Kai Enno. II. Título

CDD 327.1

RESUMO

O trabalho busca demonstrar se realmente houve uma mudança em termos concretos da política externa britânica para a Comunidade Econômica Europeia desde a declaração de inflexão feita pela primeira-ministra Margaret Thatcher no Discurso de Bruges em 1988. Para atingir este objetivo, o trabalho apresenta as circunstâncias que acabaram culminando no teor das declarações contidas no discurso, esclarece os principais pontos declarados, faz um levantamento das fases de relacionamento do Reino Unido sob o governo Thatcher com a Comunidade Europeia e analisa os níveis de mudança de política externa para comprovar sua real ocorrência no caso britânico. A conclusão do trabalho evidencia que, apesar das declarações do discurso, o Reino Unido não fez nenhuma mudança objetiva nas relações com o processo de integração europeia naquele momento, embora o discurso tenha passado a exercer influência no crescente euroceticismo britânico a partir de então.

Palavras-Chave: Discurso de Bruges; Política Externa Britânica; Comunidade Europeia; Margaret Hilda Thatcher

ABSTRACT

This work seeks to demonstrate if there really was a change in concrete terms of British foreign policy towards the European Economic Community from the inflection made by the Prime Minister Margaret Thatcher in her 1988 Bruges Speech. To achieve this objective, this work presents the circumstances that culminated in the content of the speech's declaration, clarifies the main declared points, reviews the main relationship phases in United Kingdom's relationship under Thatcher's government with the European Community and analyses the levels of foreign policy change to check its real occurrence in the British case. This work's conclusion brings evidence that despite of the speech's declarations, United Kingdom did no objective change in its relations with the European integration process in that moment; however, the speech became an influence over the growing British Euroscepticism since then.

Key Words: Bruges Speech; British Foreign Policy; European Community; Margaret Hilda Thatcher

“When will they learn? You cannot build Jerusalem in Brussels.”

Margaret Thatcher, 1992

SUMÁRIO

Introdução	7
O Marco Teórico	8
O Reino Unido, seu Relacionamento Histórico com a Comunidade Europeia e o Papel de Margaret Thatcher	12
O Discurso de Bruges	17
Estudo de Caso - O Impacto do Discurso na Política Externa do Reino Unido para Comunidade Europeia	23
Conclusão	29
Referências Bibliográficas	30

Introdução

A mudança na política externa britânica para a Comunidade Europeia foi simbolicamente sinalizada no dia 20 de setembro de 1988 com o discurso da primeira-ministra Margaret Thatcher no *College of Europe* na cidade belga de Bruges. Celebrizado posteriormente como o Discurso de Bruges, sua importância se deu pela declaração do posicionamento de Thatcher sobre a orientação adotada no processo de integração regional europeu durante seu avanço rumo a etapa de união econômica e monetária.

O discurso, que já naquela época resultou em contraposições e comentários políticos imediatos dentro da Grã-Bretanha e também em nível europeu, tem sua importância histórica por seu papel de redefinição do engajamento britânico na Comunidade Econômica Europeia (CEE) impactando na transformação e divisão do Partido Conservador liderando a agenda do euroceticismo¹; contribuindo, entre outros fatores, para fim da sobrevivência política da primeira-ministra Margaret Thatcher; influenciando nas condições excepcionais do Reino Unido quando da assinatura do Tratado de Maastricht em 1991 e até mesmo no debate contemporâneo resultando na saída do país da União Europeia (MARR, 2008; THE ECONOMIST, 2016).

O problema que motiva esta dissertação é descobrir se realmente houve uma mudança da política externa britânica para a Comunidade Europeia a partir da declaração de inflexão feita por Thatcher em Bruges até o final de seu governo em 1990.

O modelo teórico utilizado será o das teorias de análise de política externa, permitindo principalmente a categorização e compreensão das circunstâncias de sua mudança. Como escopo analítico, serão utilizados os quatro níveis de mudança gradual de política externa elaborados por Hermann (1990, p.05). O primeiro deles sendo mudanças de ajuste, ocorrendo de maneira mais sutil voltada ao incremento quantitativo e de engajamento do alvo da mudança. A segunda é a mudança programática, definida por alterações qualitativas nos meios e métodos para resolução de algum problema ou alcance de um propósito específico de política externa. A terceira está na mudança de objetivo ou problema, mantendo o método utilizado para lidar com as questões

¹ Euroceticismo pode ser definido como a “expressão da ideia de oposição condicional ou qualificada [...] ao processo de integração europeia” (TAGGART, 1998, p.336, tradução nossa).

externas, mas substituindo o propósito da ação em si. E a quarta na mudança de orientação internacional, que apresenta um caráter mais radical redirecionando por completo a orientação do país na política global.

A avaliação hipotética deste trabalho é a de que mesmo com o pronunciamento feito em Bruges, não houve um rompimento, mudança de termos ou transformação da política externa do Reino Unido para a Comunidade Europeia entre 1988 até o final do governo Thatcher em 1990. Embora este possa ser considerado um período temporal restrito para avaliar a completude de um processo de mudança de política externa, este trabalho reconhece o fato de que a mudança pretendida com o Discurso de Bruges não atingiu seus objetivos e perdeu sua consecução antes mesmo do fim do governo Thatcher.

Ainda assim, o período temporal de análise permite compreender as razões para o não andamento da mudança proposta em Bruges bem como o início da tendência que permearia os governos subsequentes, gerando uma indisposição crescente de setores políticos internos com o escopo da integração afastando, cada vez mais, o Reino Unido da União Europeia.

O Marco Teórico

Para uma avaliação acurada sobre os impactos do Discurso de Bruges, faz-se necessária uma observação do ferramental analítico que será utilizado para compreender se o objeto estudado verdadeiramente incorreu em uma mudança de política externa do Reino Unido para Comunidade Europeia.

Segundo Berringer (2015), os estudos de análise de política externa surgem a partir da década de 1960 com a obra de James Rosenau, ao utilizar dados sobre o tamanho do território, população ou componentes das forças armadas para prever o envolvimento das grandes potências nos conflitos internacionais.

A crítica precípua deste modelo destaca a ausência de outras variáveis intervenientes, como o papel das burocracias, a atuação das lideranças políticas e a relação entre regime político e política externa. Allison e Halperin (1971) explicam que a transição inclusiva destes elementos no processo decisório de política externa se deu de forma gradual, primeiro com um Modelo Clássico (ator unitário e racional tomando as decisões), seguido por um Modelo Organizacional (coordenação entre burocracias para tomada de decisão) e culminando com o

Modelo Burocrático (disputa entre diferentes atores estatais negociando a decisão politicamente).

Com o período final da Guerra Fria, surgem novas abordagens com destaque e relevância acadêmica incluindo uma relação mais sofisticada das variáveis que condicionam o comportamento na relação entre Estados.

Entre eles está o esquema teórico de Putnam (1988) com seu “jogo de dois níveis” identificando o liame entre política externa, política doméstica e como ocorre o efeito de mútua influência na elaboração e execução de ambas. Embora não trate a mudança de política externa como objeto específico, este tipo de análise ajuda a entender as especificidades do intercâmbio de influências e cálculos entre os dois ambientes e como esta dinâmica pode guiar o surgimento e concretização de ajustes nas relações externas de um Estado.

Hermann (1990) elabora um modelo de análise especificamente voltado para o fenômeno do redirecionamento governamental da política externa tanto ao adotar a perspectiva da mudança de posicionamento do ator frente os diversos elementos sistêmicos, quanto pela observação dos componentes motivadores de uma mudança de caráter autocorretivo do comportamento externo de um país.

Em específico, esta relação entre a atuação Estatal e o sistema é abarcada pelas categorias da magnitude da mudança comportamental migrando desde modificações pontuais e tecnicamente quantitativas da política externa até a redefinição de todo jogo de alianças e posicionamentos internacionais para um país que escolhe uma nova orientação global. Já quanto a praticidade analítica dos fatores que motivam uma mudança de política externa, o ferramental de Hermann contribui para a clareza na identificação da fonte que promove e dá consecução aos processos domésticos mudando o comportamento externo, surgindo tanto por iniciativa de lideranças, da burocracia, de pressões setoriais ou como resposta à um choque externo sofrido pelo país. Por fim, como componente adicional, Hermann também mostra a utilidade de seu modelo na identificação das etapas do processo de decisão auxiliando na compreensão processual dos estágios percorridos, nos ciclos e pausas para a busca de respaldo e apoio na implementação de uma solução adequada para o posicionamento internacional pretendido. E o modelo esclarece que, dependendo das instâncias participantes em cada etapa da implementação e do

seu nível de engajamento, pode-se compreender as razões para a falha na mudança de política externa (i.e. manutenção do *status quo ante*) ou o alcance de um resultado bem-sucedido (i.e. efetivação da mudança pretendida).

Para Hermann (op.cit, p.05), a primeira tipificação de redirecionamento para política externa é a Mudança de Ajuste, que ocorre no nível de uma maior ou menor intensidade ou incremento das ações do país para seu recipiente externo. Pode-se alterar elementos quantitativos da relação exterior (e.g. volume de repasses financeiros, quantidade de acordos firmados) mas seu propósito continua inalterado (e.g. cooperação econômica, aproximação diplomática).

A segunda categoria é a Mudança Programática, alterando métodos ou meios pelos quais o objetivo ou problema externo é abordado. Muda-se qualitativamente o envolvimento de novos instrumentos de execução da política externa, i.e., mantêm-se os propósitos pelos quais a política é feita mas altera-se o que é feito e como é feito (e.g. mudança dos objetivos do processo de integração regional, troca de conflito militar para negociações diplomáticas).

A terceira modalidade é a Mudança de Problema ou Objetivo. Os propósitos iniciais da política externa são substituídos ou simplesmente descartados, como em casos feito a alteração do vetor positivo ou negativo no relacionamento entre dois países (i.e. estreitamento dos laços internacionais ou fim das relações diplomáticas entre Estados).

A quarta é a Mudança de Orientação Internacional, redirecionando completamente o papel do ator na política global modificando simultaneamente seu conjunto de aliados, suas atividades e agendas internacionais (como os EUA no pós II Guerra Mundial ou a China após a Revolução Comunista).

Tabela 1 - Os Quatro Níveis de Mudança

Nível de Mudança	Características
Mudança de Ajuste	Mudança no nível de engajamento e/ou no escopo dos alvos
Mudança Programática	Mudança nos métodos ou meios pelos quais se lida com o problema/objetivo
Mudança de Problema/Objetivo	Mudança nos propósitos, problemas ou objetivos da política externa
Mudança de Orientação Internacional	Redirecionamento geral do posicionamento do país internacionalmente modificando diversas agendas simultaneamente

Fonte: Elaboração própria do autor a partir das informações disponíveis em HERMANN, Charles F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, vol. 34, n. 01, p. 03-21, mar. 1990.

As origens destas mudanças podem partir de quatro fontes (HERMANN, op.cit., p.11, 12). A primeira sendo Conduzida pelo Líder, resultante dos esforços diretos de uma autoridade decisória (geralmente o chefe de governo) impondo sua própria visão do redirecionamento básico da política externa. A segunda vem a partir do Engajamento Burocrático, quando um grupo dentro do governo em uma ou mais agências se articula pelo redirecionamento (sendo melhor sucedido se tiver acesso aos oficiais-chave). A terceira está na Reestruturação Doméstica, onde a política externa reflete uma mudança (de visão ou composição) no segmento politicamente relevante da sociedade que dá respaldo e apoio ao regime. E a quarta fonte está nos Choques Externos, onde a mudança se forma como resposta à acontecimentos internacionais dramáticos, i.e., de grande visibilidade e relevância com impacto no país.

Tabela 2 - Quatro Fontes de Mudança

Fonte de Mudança	Características
Conduzida pelo Líder	Mudança que resulta de esforços determinados por uma autoridade decisória
Engajamento Burocrático	Grupo dentro do governo, em uma ou várias agências, engaja-se com o redirecionamento
Reestruturação Doméstica	Segmento politicamente relevante na sociedade pressiona ou apoia a mudança
Choques Externos	Mudanças em resposta à acontecimentos internacionais dramáticos

Fonte: Elaboração própria do autor a partir das informações disponíveis em HERMANN, Charles F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, vol. 34, n. 01, p. 03-21, mar. 1990.

Por fim, um componente importante para esta análise de redirecionamento da política externa está nas etapas do processo decisório (HERMANN, op.cit., p.14 - 20), iniciado com as Expectativas Iniciais da Política compreendendo a existência de uma política externa anterior e as expectativas existentes dos elaboradores sobre os efeitos que uma mudança possa proporcionar. O segundo estágio são as Respostas de Atores Externos e outros estímulos ambientais. Certas mudanças requerem ações conjuntas, não podendo ocorrer sem a apropriada resposta externa.

A terceira fase está no eventual Reconhecimento de Informação Discrepante, com a percepção das lideranças de que as informações recebidas pelo ambiente de interação não mais compatibilizam com sua formulação de problemas e objetivos naquele âmbito internacional. A quarta etapa é o

Estabelecimento de uma Conexão Causal entre o aprofundamento do problema e a política existente, criando a necessidade para sua reversão.

A quinta etapa se configura pelo Desenvolvimento de Alternativas em substituição à política desenvolvida até então, com o cuidado de que a substituição dos objetivos existentes por vagas ideias sobre a direção pretendida possa prejudicar a consecução da mudança. A sexta etapa está na Tentativa de Construção de um Consenso entre autoridades oficiais em torno de novas opções para a nova política. E a última etapa se concentra na tentativa de implementação da nova medida, podendo ocorrer até mesmo em um ato relativamente simples, como um discurso feito pelo chefe de governo.

Tabela 3 - Sete Etapas Decisórias na Mudança de Política Externa

Etapa 1	Expectativas Iniciais da Política
Etapa 2	Respostas de Atores Externos e Outros Estímulos Ambientais
Etapa 3	Reconhecimento de Informação Discrepante
Etapa 4	Postulação de uma Conexão entre Problema e Política
Etapa 5	Desenvolvimento de Alternativas
Etapa 6	Construção de Consenso para Novas Opções
Etapa 7	Implementação de Novas Medidas

Fonte: Elaboração própria do autor a partir das informações disponíveis em HERMANN, Charles F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, vol. 34, n. 01, p. 03-21, mar. 1990.

O Reino Unido, seu Relacionamento Histórico com a Comunidade Europeia e o Papel de Margaret Thatcher

A imagem contemporânea deixada pelo governo da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher é a de uma inerente aversão do partido Conservador, e até mesmo de parte da população do Reino Unido, com o projeto de integração regional da União Europeia (GRANT, 2013). Esta impressão, deixada principalmente por seus últimos anos no poder e por suas manifestações após deixar o cargo, são costumeiramente utilizadas como embasamento da argumentação eurocética para o afastamento e até mesmo completa saída da Grã-Bretanha da União Europeia. De todo modo, a composição histórica desta situação contém elementos de uma maior sutileza e complexidade.

Historicamente, de acordo com Campbell (2011, p.286), o governo Thatcher teve três períodos de relacionamento com a Comunidade Econômica Europeia. O primeiro deles, durando de 1979 a 1983, concentrou-se nas discussões sobre a revisão das contribuições orçamentárias do Reino Unido à

CEE. O segundo, indo de 1984 a 1987, foi marcado por uma distensão e maior contribuição do Reino Unido com o processo de integração europeia e o terceiro, de 1988 até o final do mandato de Thatcher em 1990, centralizado nas críticas e tensões do governo com o tipo de aprofundamento promovido pela Comissão Europeia.

O objetivo desta seção é evidenciar a evolução no posicionamento da primeira-ministra com relação à integração europeia, partindo de uma postura pragmática para um comportamento radical e praticamente ideológico, muitas vezes sobrepunhando a intensidade dos outros atores participantes deste processo (e.g. instituições do governo britânico, membros do Partido Conservador, líderes de outros países do bloco) até mesmo depois da saída de Thatcher do poder.

No primeiro período (1979 - 1983), o protagonismo na agenda das relações exteriores do primeiro mandato do governo Thatcher se concentrou no custo financeiro representado pela CEE, impulsionando a revisão das contribuições orçamentárias feitas pelo Reino Unido (O'SULLIVAN, 2006, p.105). Como explicado por Dinan (2007, p.159), durante as negociações do ex-primeiro ministro britânico Edward Heath para a adesão à Comunidade Europeia, ainda na década de 1970, o Reino Unido aceitou arcar com contribuições financeiras desproporcionalmente elevadas como uma das contrapartidas para garantir o sucesso de sua candidatura.

Um elemento que viabilizou o início da abordagem de Thatcher pela redução das contribuições britânicas foi a intenção da CEE em aumentar seu orçamento para 1981 e 1982 frente aos custos crescentes da Política Agrícola Comum (PAC) (YOUNG, H., 1989., p.186). Isto conflitou com os interesses britânicos tanto pelo fato de que o Reino Unido era o segundo maior contribuinte do orçamento, mesmo detendo a terceira maior economia do bloco; quanto pela concentração de 70% deste orçamento na PAC, cuja produção de benefícios econômicos na Grã-Bretanha era marginal (DINAN, 2007, p.159; WORLD BANK DATABASE, 2015).

Com este problema estrutural, a primeira-ministra iniciou sua campanha pela redução da contribuição orçamentária britânica para a CEE nas reuniões do Conselho Europeu. Em 1979, Thatcher obteve um abatimento temporário de 350 milhões de libras e, como principal ganho das negociações, uma garantia de que

a questão continuaria sendo discutida nos próximos encontros de cúpula do Conselho até a obtenção de um abatimento definitivo (YOUNG, H., op.cit., p.187).

Na cúpula em Luxemburgo em 1980, Thatcher obtém outra concessão no valor de 760 milhões de libras após pressão de seu próprio gabinete ministerial a favor de um acordo momentâneo (ibid., p.188 - 189). Esta pressão doméstica levou em conta o risco de sua persistência resultar na divisão do partido e na perda do já frágil apoio parlamentar enfrentando as dificuldades das reformas econômicas domésticas.

Mantendo uma estratégia de retenção de qualquer progresso das agendas paralelas da comunidade e do aprofundamento da integração até que a questão orçamentária fosse plenamente resolvida (DINAN, 2007, p.159), Thatcher domina a pauta da reunião de cúpula em Stuttgart, em junho de 1983, cujo objetivo original, não alcançado, era tratar sobre a política de alimentação da CEE. O mesmo ocorre na reunião de Atenas, também em 1983, encerrando-se pela primeira vez na história da instituição sem produzir um *communiqué* (YOUNG, H., op.cit., p.384).

Após a pressão britânica, em 1984, com a possibilidade de retenção de todos os pagamentos do país à CEE até que uma solução fosse encontrada (ibid., p.384 - 385), um acordo definitivo foi estabelecido na reunião do Conselho Europeu em Fontainebleau, na França. Mitterrand, aproveitando seu período de presidência da reunião, articulou a solução em um mecanismo que estabeleceu uma porcentagem fixa de 66% da diferença entre o que o Reino Unido pagava anualmente à CEE e o que a Comunidade Europeia gastava com a Grã-Bretanha (ibid., p.385, 386).

As lições tiradas deste primeiro momento mostraram que o principal impacto se deu nas percepções estabelecidas entre as partes negociadoras derivadas de seus comportamentos entre 1979 e 1984. De um lado, os entusiastas comunitários na Europa e na Grã-Bretanha perceberam, naquele momento, que o esforço empreendido pela primeira-ministra “ao articular o senso de distanciamento britânico da Europa, acabou por reforçá-lo. Ela não estava interessada em expandir a ideia europeia além do campo estreito de uma maior vantagem econômica da Grã-Bretanha, onde ela era bem-sucedida [...]” (ibid., p.190, 191, tradução nossa).

Superadas as dificuldades do debate orçamentário, a segunda fase das relações (1984 – 1987) marcou pela postura contributiva do Reino Unido com a CEE deixando “o caminho [...] livre para completar o Mercado Comum em bens e serviços (ibid., p.388, tradução nossa).

Segundo Healey (1995, p.15), a consecução de medidas econômicas liberais tais como implementadas pelos governos de Thatcher, de Kohl e de Mitterrand viabilizaram aos países da CEE contemplar o livre comércio e o livre mercado como receitas para o sucesso econômico, ao invés da tendência precedente de protecionismo e intervenção estatal (YOUNG, A., 2015, p.119, 120). Isto facilitou, ao largo, as negociações para criação do Mercado Único através do mecanismo do Ato Único Europeu.

No ensejo deste novo período, no ano de 1985, a CEE também foi reforçada com ascensão de Jacques Delors como presidente da Comissão Europeia. Delors deixou sua marca na Comunidade Europeia pelo nível de proatividade de sua presidência, viabilizando as condições para completude de mercado e avançando no alargamento e aprofundamento da integração europeia.

Uma vez assumindo o posto, Delors buscou facilitar a execução política do programa de mercado único do bloco através da elaboração do Ato Único Europeu. Ratificado em 1986, tratava-se de uma revisão legal dos tratados fundadores do projeto de integração europeia buscando acelerar a completude do mercado interno da CEE (ROSAMOND, 2007, p.59) e elaborando um programa que seria alcançado até 1992 com a total abolição de barreiras não tarifárias ao comércio e à mobilidade dentro da Comunidade² (DAVIES, 1996, p.1118; PINDER; USHERWOOD, 2013, p. 20).

O Ato Único Europeu estava alinhado, segundo Simms (2013, p.477), com o tipo de política econômica desenvolvida domesticamente por Thatcher, que tinha uma visão utilitária da CEE para promoção de uma área de livre mercado. Ao largo, o Ato Único Europeu também recebeu completo apoio do Reino Unido e de Thatcher como decorrência da ampliação de seu apoio parlamentar desde as eleições de 1983, garantindo uma imediata sanção legislativa (MARR, op.cit., 459).

² McDonald (1995, p.139) curiosamente destaca que, embora parte da literatura já se referisse à Comunidade Europeia como um mercado comum durante as décadas de 1960 e 1970, o grupo apenas alcançou este status formal após a implementação do Ato Único Europeu.

O aumento no número de parlamentares Conservadores eleitos³ foi estratégico naquela que seria a fase de maior apoio do governo Thatcher à integração europeia, pois garantiu aos Conservadores mais da metade dos 650 assentos parlamentares, ampliando seu respaldo na Câmara dos Comuns para aprovar as iniciativas europeias apoiadas pela primeira-ministra (ROSAMOND, op.cit., p.55).

De todo modo, enquanto Thatcher concordava em aprofundar o escopo econômico da CEE vislumbrando os ganhos que o Reino Unido teria, ela contribuía, ao largo, para as próprias razões da crítica que seria desempenhada anos depois ao viabilizar uma maior concentração de poder exercido por Bruxelas avançando com a agenda estabelecida por Delors (DINAN, 2007, p.160; THATCHER, 1995, p.473). Thatcher afirmou posteriormente que ela havia sido ludibriada sobre os rumos que a Europa tomaria dali para frente e que o mesmo erro não seria cometido outra vez (CAMPBELL, op.cit., 290, THATCHER, id.).

Já Davies (op.cit., p.1118) analisa que depois de duas décadas de avanços modestos, entre 1966 e 1986, Delors e o Ato Único proporcionaram um senso de propósito à CEE, um impulso em suas instituições, gerando novas pressões para maior integração e reforma cuja amplitude foi apropriada para a aceleração deste avanço na Comunidade Europeia concretizada, *a posteriori*, com o Tratado de Maastricht (CORBETT; JACOBS; SHACKLETON, 2011, p.385; DAVIES, op.cit., p.14; WHYNES, 1995, p.159).

Os resultados deste período denotaram a diferença entre Thatcher e os outros líderes europeus sobre o futuro da CEE. Enquanto ela se satisfazia com as agendas alcançadas neste período, os outros viram-nas apenas como uma etapa para um processo de integração mais profundo (CAMPBELL, op.cit., p.289; MAJOR, 2000, p.264). E o acirramento contraposto destas visões com o anúncio de novas iniciativas e de um papel mais abrangente da integração europeia geraram atritos no Reino Unido doméstica e internacionalmente, culminando no Discurso de Bruges que daria o tom do terceiro período (1988 - 1990) de relacionamento do governo Thatcher com a CEE.

³ Nas eleições gerais britânicas de 1983, o Partido Conservador ampliou sua vantagem de 339 para 397 parlamentares na Câmara dos Comuns, contra a obtenção de 209 assentos pelos Trabalhistas (ROSAMOND, op.cit., p.55).

O Discurso de Bruges

A oportunidade para a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher dirigir um discurso ao *College of Europe* surgiu após o convite de seu reitor na ocasião da cerimônia de abertura do ano acadêmico da instituição, em setembro de 1988. Esta cerimônia foi vista inicialmente pelo governo britânico como uma oportunidade de declarar a visão do país sobre o futuro do desenvolvimento da Europa, evitando a continuidade da propagação da imagem de que a atitude da primeira-ministra quanto à Europa era inteiramente negativa (OFFICE OF THE UNITED KINGDOM PERMANENT REPRESENTATIVE TO THE EUROPEAN COMMUNITY, 1988).

Entretanto, mesmo após a confirmação da aceitação do convite pelo Gabinete da Primeira-Ministra e do delineamento primário das temáticas econômica e de defesa centralizando o teor do discurso (10 DOWNING STREET, 1988), um novo acontecimento impactou na abordagem retórica que seria utilizada. Em 06 de julho, o presidente da Comissão Europeia Jacques Delors fez um pronunciamento no Parlamento Europeu estabelecendo, como prospecto administrativo, uma visão de que nos dez anos seguintes, “80% de nossa legislação econômica, e até mesmo nossa legislação fiscal e social, terão origem comunitária” (EUROPEAN PARLIAMENT, 1988, p.140, tradução nossa).

Nas palavras de Dinan (2010, p.78, tradução nossa), como presidente da Comissão Europeia “Delors queria revitalizar a CEE [ao] revisar procedimentos de tomada de decisão, lançando uma nova iniciativa de política monetária e estendendo as competências da Comunidade nos campos de política externa e política de defesa”. Embora “Delors [já] soubesse que política monetária era muito sensível politicamente para ser bem-sucedida como iniciativa tão ousada [...]”.

Esta suposta ousadia, expressa não apenas em termos econômicos, mas também em termos de autoridade legislativa no discurso de Delors ao Parlamento Europeu, gerou uma recepção desconfortável em Londres tornando-se alvo de críticas públicas da primeira-ministra e minando os prospectos de declarações harmônicas no Discurso de Bruges sobre a proposição da liderança da CEE (FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE, 1988c).

Pouco mais de um mês depois, esta situação sofreu outro aprofundamento. Com a continuidade da elaboração do discurso pelo serviço

civil, já originalmente incluindo trechos posteriormente marcantes denotando o conflito entre as medidas de redução do Estado feitas no Reino Unido e as tentativas de maior intervenção das instituições europeias (FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE, 1988d, p.30); Delors continuou com suas declarações indicando os rumos que a Comissão Europeia adotaria para o futuro da CEE.

Em 08 de setembro, a convite do Ministério das Relações Exteriores britânico (CLARK, 1993, p.227; MARTIN, 2012), Jacques Delors dirigiu um discurso durante o Congresso Anual dos Sindicatos do Reino Unido. Embora o pronunciamento tenha sido considerado como um procedimento padrão, argumentando, grosso modo, a favor da completude da agenda social europeia até 1992, o impacto do teor de suas proposições pela transferência da barganha coletiva e trabalhista em nível europeu e ao convidar os sindicatos britânicos a unirem-se como “arquitetos” da Europa (DELORS, 1988, p.06 – 07; 09) naquilo que se tornaria tempos depois o Capítulo Social Europeu, foi além do esperado pelo governo Thatcher.

Não apenas pelo fato de se dirigir ao setor da sociedade britânica que concentrava o núcleo de oposição às medidas econômicas do governo Thatcher⁴, principalmente após a greve dos mineradores que se prolongou de 1984 a 1985 e que enfraqueceu em sobremaneira o poder político exercido pelos sindicatos britânicos desde o fim da II Guerra Mundial; mas a própria essência dos temas abordados por Delors, como visto acima, gerou interpretações de interveniência e confrontação do federalismo europeu sobre as políticas domésticas da Grã-Bretanha e sobre o posicionamento do país na CEE. Sem contar o impacto de concomitância positiva do discurso de Delors com a agenda do Partido Trabalhista, que buscava uma redefinição após as sucessivas derrotas eleitorais desde 1979 e com o esgotamento de sua agenda contrastado com os resultados econômicos e internacionais obtidos pelo governo Conservador⁵, gerando uma transformação de seu posicionamento avesso ao

⁴ Embora o convite à Delors tenha sido feito pelo próprio Ministério das Relações Exteriores do governo Thatcher, em mais uma tentativa de conciliar o governo com a CEE, o impacto transformador sobre os sindicalistas e avesso aos Conservadores foi avaliado mais como um acidente imprevisto do que uma ação deliberada da Comissão Europeia (LAWSON, 1992).

⁵ No campo externo, e.g., a vitória da Guerra das Falklands em 1982, a obtenção do abatimento orçamentário na CEE, a ratificação do Ato Único Europeu e o envolvimento nos contatos entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) com Reagan e Gorbachev. Internamente, com a redução inflacionária, crescimento anual do PIB e dinamização da economia.

projeto de integração europeu para uma postura de apoio à Bruxelas⁶ (CAMPBELL, op.cit., p.416).

De imediato, a resposta do governo Thatcher foi clara e a proposta inicial sobre um discurso simpático quanto às relações do Reino Unido com a Europa se transformou em um instrumento de definição formal sobre a visão britânica dos rumos que deveriam ser tomados pela Comunidade Europeia, criticando suas tendências sociais e centralizadoras (ALDOUS, 2012, p.310; VINEN, 2009, p.230), que resultariam na guinada da direita política na Grã-Bretanha rumo ao euroceticismo.

A data do pronunciamento em 20 de setembro de 1988 havia finalmente chegado e, de acordo com Marr (op.cit., p.470), Thatcher utilizou a oportunidade para enfim fazer seu discurso definitivo contra os avanços do federalismo europeu com ataques “contra Delors, a Comissão e o incipiente Eurofederalismo [...] enquanto apresentava sua visão sobre a CEE e o papel da Grã-Bretanha nela” (DINAN, 2010, P.86). A própria Thatcher (1994, p.741 - 743) corrobora ao esclarecer que suas principais reflexões para o discurso se voltavam aos rumos federalistas tomados por Delors e à percepção de gradual intervenção na democracia e soberania britânica feita pela CEE.

O discurso inicia-se com a abordagem branda que originalmente objetivara o Ministério das Relações Exteriores britânico, onde a primeira-ministra diz que “gostaria de iniciar ao descartar alguns dos mitos sobre meu país, Grã-Bretanha, e seu relacionamento com a Europa e, para fazer isso, devo dizer algo sobre a identidade da própria Europa” (THATCHER, 1988, tradução nossa). Mas logo em seguida, em uma visão própria do Reino Unido quanto o futuro da CEE (CAMPBELL, op.cit, p.416), deixa claro que a “Europa não é uma criação do Tratado de Roma. Nem é a ideia europeia propriedade de qualquer grupo ou instituição. [...] A Comunidade Europeia é *uma* manifestação daquela identidade europeia, mas não é a única” (ibid.).

⁶ De 1950 até a década de 1980, o Partido Trabalhista receava o projeto de integração europeu temendo que a cessão de soberania tolheria a liberdade de implementação de medidas sociais domesticamente, prejudicando os interesses corporativistas dos tradicionais sindicatos industriais que fundaram e apoiavam o partido. Já os Conservadores se posicionavam de maneira mais entusiasta com a integração, frente as perspectivas econômicas de acesso ao mercado europeu, o que motivou o governo Conservador de Edward Heath a ingressar na CEE em 1973 (JUDT, 2005, p.160).

A seguir, o discurso acrescenta:

Nós nunca devemos esquecer que, a leste da Cortina de Ferro, pessoas que outrora gozaram de um pleno compartilhamento da cultura, liberdade e identidade europeia foram cortadas de suas raízes. Nós sempre olharemos para Varsóvia, Praga e Budapeste como grandes cidades europeias (ibid.).

Isto pode ser visto como referência à tendência no entusiasmo de Thatcher com a entrada de novos países membros na Comunidade Europeia, permitindo a mudança de foco no processo de aprofundamento da integração para uma Comunidade mais ampla⁷ (DINAN, op.cit., p.76), estando no cálculo que o alargamento seria “inevitavelmente diluído em uma área de livre comércio pan-europeia” em acordo com os interesses britânicos (JUDT, op.cit., p.719). Para Thatcher, o momento era de expansão da zona de prosperidade europeia para o leste e não de reforço das estruturas da Europa (THIÉRIOT, 2011, p.494). Isto ia na contramão do princípio de “aprofundamento primeiro, alargamento depois” defendido por Delors (DAVIES, op.cit., p.1120).

Sobre o futuro da Europa, Thatcher diz que:

A Comunidade Europeia pertence a *todos* seus membros. Ela deve refletir as tradições e aspirações de *todos* seus membros. [...] A Grã-Bretanha não sonha com um tipo de aconchegante, isolada existência nas cercanias da Comunidade Europeia. Nosso destino é na Europa, como parte da Comunidade (ibid.).

A primeira-ministra passa então a delinear seus princípios de orientação para a CEE, sendo o primeiro deles uma:

[...] predisposta e ativa cooperação entre Estados soberanos independentes [como] a melhor maneira de construir uma Comunidade Europeia bem-sucedida. [...]. Mas trabalhar juntos, com maior proximidade, não requer que o poder seja centralizado em Bruxelas ou que decisões sejam tomadas por uma burocracia indicada (ibid.).

⁷ Como observado no apoio de Thatcher ao ingresso de Espanha e Portugal em 1986.

Este trecho marca como uma das principais passagens do discurso (CAMPBELL, op.cit., p.416) criticando o foco de prerrogativas administrativas tomadas pela Comunidade Europeia.

De maneira estritamente econômica, este avanço das prerrogativas institucionais e das regulações europeias acirrava o receio de Thatcher quanto a dimensão social, criando maiores custos trabalhistas e tornando o mercado de trabalho europeu menos flexível (WHYNES, op.cit., p.165).

E acrescenta, fazendo nova referência apelativa aos países do leste europeu:

De fato, é irônico que justo quando aqueles países tais como a União Soviética, que tentaram administrar tudo a partir do centro, estão aprendendo que o sucesso depende em dispersar o poder e decisões do centro, há alguns na Comunidade que parecem querer ir na posição oposta (ibid.).

E, naquele que seria o trecho mais marcante do discurso, Thatcher afirma que:

Nós não retrocedemos de maneira bem-sucedida a alçada de atuação do Estado na Grã-Bretanha apenas para vê-las reimpostas em um nível europeu com um super-Estado Europeu exercendo uma nova dominação a partir de Bruxelas (ibid.).

O traço marcante deste excerto está tanto na controvérsia entre os esforços de política doméstica que nortearam toda a abordagem econômica liberal do governo Thatcher, sendo abertamente contrapostos pelas propostas da Comissão Europeia de extensão do supranacionalismo nas competências de política social e monetária britânicas, quanto pela linguagem lançando termos jamais utilizados antes sobre a CEE como um “super-Estado” com burocratas dominando seus membros (CAMPBELL, op.cit., p.416). De acordo com Pinder e Usherwood (op. cit., p.51), estes termos lançados pelo discurso se tornaram as metáforas prediletas dos eurocéticos britânicos em associações feito o Grupo de Bruges⁸ e no início da formação do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP em inglês).

⁸ O Grupo de Bruges é um *think tank* independente composto por membros de diversos partidos. Estabelecido em fevereiro de 1989, tem como objetivo a promoção da ideia de uma estrutura europeia menos centralizada inspirada no Discurso de Bruges de Margaret Thatcher (THE BRUGES GROUP, 2015).

A seguir, o discurso segue com mais quatro princípios urgindo à Comunidade (I) a resolver os presentes problemas de maneira mais prática, principalmente sobre os termos da Política Agrícola Comum, (II) a incentivar políticas de apoio ao empreendimento privado, (III) a evitar o protecionismo comercial e, colocado como o assunto mais fundamental, (IV) a manter a defesa da Europa através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Nos estertores do discurso, Thatcher indica que “[...] o que precisamos agora é tomar decisões sobre os próximos passos, ao invés de deixarmo-nos ser distraídos por objetivos utópicos. A utopia nunca chega porque nós sabemos que não gostaríamos dela se ela chegasse” (ibid.).

Este ponto, de acordo com Vinen (op.cit., p.244), focava nas preocupações da primeira-ministra sobre a orientação tomada pela Europa no período final da Guerra Fria, principalmente com os prospectos de reunificação alemã.

Por fim, encerra dizendo:

Que nós tenhamos uma Europa que desempenha um pleno papel no globo, que olha para fora e não para dentro, e que preserva aquela comunidade Atlântica – aquela Europa em ambos lados do Atlântico – que é nossa mais nobre herança e nossa maior força (ibid.).

Segundo Aldous (op.cit., p.310, 311) e Vinen (op.cit., p.245), este excerto não apenas incorre em uma abordagem da ênfase dada ao “relacionamento especial” entre Reino Unido e os EUA durante o governo Thatcher, mas amplia para a visão de uma Europa transatlântica, abrangendo desde os Estados Unidos até influência sobre as nações do leste europeu, como citado anteriormente, baseada na livre iniciativa, no livre comércio e na importância da segurança coletiva proporcionada pela OTAN.

Um ponto destacado por Campbell (op.cit., p.416, 417) e Vinen (op.cit., p.243) é que, na observação geral do discurso, seu conteúdo não possuía nenhuma característica ou proposta de rompimento profundo com a Comunidade Europeia. Entretanto, o tom utilizado por Thatcher ao dirigir sua mensagem e o modo como ela repercutiu *a posteriori* podem ter contribuído com o aumento da dimensão que o euroceticismo atingiria como agenda de debate no Partido Conservador, no Reino Unido e em nível europeu.

Estudo de Caso - O Impacto do Discurso na Política Externa do Reino Unido para Comunidade Europeia

Avançando dois anos e dois meses após o pronunciamento do Discurso de Bruges, Margaret Thatcher renuncia ao cargo de primeira-ministra em novembro de 1990. O desgaste da sustentação no poder de Thatcher durante este período pode ser atribuído a diversos elementos que enfraqueceram a base de apoio parlamentar do governo que já se engalinhava domesticamente com o acirramento oriundo da redução da popularidade da primeira-ministra, com a recessão econômica, novos impostos⁹, pela prolongada permanência de Thatcher no poder, por sua exasperação no trato pessoal com os membros do seu gabinete ministerial, além da desconfiança com outras agendas europeias, como os prospectos de reunificação da Alemanha e a adoção do Mecanismo de Taxas de Câmbio (*Exchange Rate Mechanism*, ERM em inglês) que abriria caminho para uma moeda única europeia (MARR, op.cit., p.471-474).

Nestas circunstâncias, pode-se identificar o tipo de redirecionamento intencionado pelo governo Thatcher para a CEE como uma Mudança Programática. A identificação desta categoria é observada com a incompatibilidade colocada entre os interesses e objetivos futuros do Reino Unido para a CEE em contraste com o rumo vislumbrado pelos outros países membros, e pelo próprio corpo institucional da integração, após a conclusão da agenda de um mercado único europeu.

Se, por um lado, o governo britânico se satisfaz com o formato alcançado pela CEE, por outro ainda se mantém ativo o movimento por mais integração e aprofundamento das funções supranacionais do bloco. Este último componente passa a ser visto como um risco contraproducente para o governo Thatcher, que busca utilizar-se de uma Mudança Programática para frear os meios e o ímpeto de como a Comunidade Europeia buscará seus objetivos por mais integração regional. De maneira preventiva, a proposta de Thatcher com o Discurso de Bruges almeja modificar os métodos de atuação buscados pela CEE para consecução do projeto institucional de integração no continente europeu evitando exageros propositivos nas prerrogativas de atuação do corpo

⁹ Em específico, com a criação do Imposto Comunitário (vulgo *poll tax* em inglês) entre 1989 e 1990, funcionando como um imposto regressivo sobre toda a população adulta para financiamento das autoridades locais. A implementação do imposto foi mal recebida resultando em protestos, manifestações violentas e contribuindo em sobremaneira para o aumento da impopularidade da primeira-ministra Thatcher e sua posterior queda.

institucional europeu possibilitando futuros prejuízos decorrentes da interveniência federalista europeia na economia e na política da própria Grã-Bretanha e, ao largo, dos outros Estados europeus.

Alternativamente, uma Mudança de Ajuste no nível da intensidade quantitativa poderia ser insuficiente para tentar reter as novas ambições da integração europeia, já que não se tratava mais da quantidade de recursos para atuação supranacional que a CEE controlaria, mas sim de como ela os utilizaria. E eventuais Mudanças de Objetivo da participação britânica na CEE ou em sua própria Orientação Internacional seriam desproporcionais para a escala do problema naquele momento, arriscando alterar radicalmente o papel do Reino Unido na Europa após todos os esforços feitos pela cooperação no avanço do Ato Único Europeu e também pela cautela em não fragilizar seu posicionamento no jogo de alianças da Guerra Fria.

Tabela 4 – Aplicação dos Níveis de Mudança

Nível de Mudança	Hipótese
Mudança de Ajuste	Redução nas contribuições e participação do Reino Unido nas iniciativas da CEE (Não Aplicável)
Mudança Programática	Proposição de um novo panorama programático para atuação da CEE (Aplicável)
Mudança de Problema/Objetivo	Recuo do protagonismo alcançado pelo Reino Unido na CEE na década de 1980 (Não Aplicável)
Mudança de Orientação Internacional	Redirecionamento de todo jogo de alianças internacionais do Reino Unido (Não Aplicável)

Fonte: Elaboração própria do autor

No que concerne às fontes, a hipótese de Choque Externo, como motivador central para mudança de política externa britânica, pode ser descartada pela ausência de acontecimentos internacionais traumáticos, especificamente na relação do Reino Unido com a Comunidade Europeia durante a década de 1980, quando os próprios movimentos destes dois atores lograram em coesão e cooperação produtiva para formação do mercado único europeu após a resolução da questão das contribuições britânicas ao orçamento comunitário.

Ainda assim, seria possível considerar que o próprio final da Guerra Fria e os prospectos de re-emergência da Questão Alemã, definida pela dominação do poder de uma República Federal da Alemanha uma vez mais unificada sobre o continente europeu, se configurassem como um Choque Externo acirrando as preocupações do Reino Unido. Com o afrouxamento do controle exercido pela

URSS sobre os países do Pacto de Varsóvia, decorrente da mudança de política externa soviética após a ascensão de Gorbachev (JUDT, op.cit., p.600 – 604; 641), com previsões sobre o colapso iminente da Alemanha Oriental, Thatcher, tendo vivido durante a II Guerra Mundial, compartilhava as preocupações populares sobre a Alemanha como um todo e fundiu mentalmente estas ansiedades com a hostilidade contra o crescentemente ativo presidente da Comissão Europeia (SIMMS, op. cit., p.483).

Logo, temendo a perda da soberania britânica e de uma dominação alemã direta ou por intermédio de Bruxelas, Thatcher passou até mesmo a ver a positividade da posição dos soviéticos resguardando o equilíbrio europeu, declarando abertamente à Gorbachev seu desejo de não ver uma Alemanha unificada resultando na erosão da estabilidade internacional¹⁰ e no aumento de risco à segurança regional (DAVIES, op.cit., p.1119; SIMMS, op.cit., p.483).

Entretanto, o Reino Unido posteriormente deu sua aquiescência ao processo pois, mesmo com todas suas ansiedades e reservas sobre a unificação alemã, o país não tinha como oferecer uma alternativa ao curso de eventos que estavam se desenvolvendo (JUDT, op.cit., 639). Também é possível notar a ausência de referências à esta agenda no conteúdo do Discurso de Bruges e em seus documentos de elaboração ministerial, sendo possível concluir que esta variável não se configurou como um Choque Externo centralizando as motivações para um redirecionamento de política externa.

Cabe lembrar que Choques Externos atuam como fonte motivadora para mudança de política externa de um país quando se configuram como eventos de grande visibilidade e impacto imediato, exigindo uma resposta com prontidão pelo ator afetado. O fim da Guerra Fria, tanto para a literatura produzida no momento de sua ocorrência quanto para as análises feitas em retrospecto, se caracterizou como um processo imprevisto, marcado por diversos episódios indo desde a queda do Muro de Berlim (1989) até o colapso da URSS (1991), e não como episódio isolado. De todo modo, embora este fenômeno não tenha exercido influência enquanto fonte e motivação para a proposta contida no Discurso de Bruges, esta pesquisa reconhece o fato de que o fim da Guerra Fria

¹⁰ Thatcher temia que, assim como ocorreu com Nikita Krushev após a Crise dos Mísseis em 1962, a unificação alemã representasse uma derrota política à Gorbachev, desestabilizando-o e possivelmente levando à sua queda. Este seria um preço alto demais depois de todos os arranjos e acordos feitos pelos países ocidentais com o único líder soviético disposto a negociar e flexibilizar sua posição internacional (JUDT, op.cit., 639).

teve, entre suas consequências, a minoração do impacto do pronunciamento feito por Thatcher. Com a priorização crescente dada ao uso dos mecanismos supranacionais europeus para garantir uma transição e integração estável para a Alemanha Oriental e, posteriormente, para os países da Europa do Leste; a contraposição ao federalismo europeu trazida por Thatcher em Bruges não alcançou a repercussão e efetividade suficiente frente ao novo panorama geopolítico europeu resultante do encerramento da Guerra Fria.

Uma Reestruturação Doméstica também não se mostra factível, uma vez que os setores domésticos britânicos que apoiavam o governo Thatcher se fortaleceram com o aperfeiçoamento dos mecanismos de mercado continental europeu dando respaldo para os avanços da integração. Um possível Engajamento Burocrático também não apresenta plausibilidade frente à própria anuência da execução do serviço civil britânico nas contribuições com o avanço da agenda do Ato Único Europeu e, como se mostrou posteriormente, com certa reticência do Ministério das Relações Exteriores com a postura avessa à Europa desenvolvida pela primeira-ministra Thatcher.

Logo, a mudança da política externa tendo como fonte a condução pela liderança do país se mostra patente naquele momento. Frente à satisfação dos interesses econômicos alcançados por Thatcher com a conclusão do mercado único europeu e com as comprovadas modificações graduais no conteúdo do Discurso de Bruges feitas pelo próprio Gabinete da Primeira-Ministra como respostas aos acontecimentos de pendor oposto à sua visão sobre o futuro da CEE, pode-se observar o papel diretamente desempenhado pela primeira-ministra para tentar modificar a postura de seu país com o bloco europeu e elucidar esta transformação programática através do pronunciamento em Bruges.

Tabela 5 – Aplicação das Fontes de Mudança

Fonte de Mudança	Hipótese
Conduzida pelo Líder	Iniciativa da Primeira-Ministra após alcançar os interesses de seu governo com a CEE (Aplicável)
Engajamento Burocrático	Articulação de setores do serviço civil britânico contrários aos avanços da CEE na década de 1980 (Não Aplicável)
Reestruturação Doméstica	Articulação de atores econômicos domésticos contrários aos avanços da CEE na década de 1980 (Não Aplicável)
Choques Externos	Fim da Guerra Fria (Não Aplicável)

Fonte: Elaboração própria do autor

Este empenho e movimentação de Thatcher buscando corrigir diretamente um possível erro futuro¹¹ na direção adotada pelo federalismo na Comunidade Europeia com a participação do próprio Reino Unido foi feito de maneira tal que os impactos resultaram na ausência de uma consecução regular nos 07 estágios do processo para tomada de decisão sobre a mudança desta política externa.

Na primeira etapa, durante as expectativas iniciais da política, a iniciativa no caso do discurso de Bruges partiu de maneira centralizada pela primeira-ministra e com elaboração consentida do Ministério das Relações Exteriores, ocorrendo sem sobressaltos.

A segunda fase, com as respostas de atores externos e outros estímulos ambientais, a Grã-Bretanha pretendia redefinir o próprio programa do elo da integração entre as nações europeias, fazendo necessária uma anuência dos outros membros do bloco europeu sobre a possibilidade de uma mudança. Entretanto, este tipo de proposta gerava uma indisposição instantânea ao antagonizar a satisfação do governo britânico com o formato até então alcançado pela CEE (dispensando novos aprofundamentos) contra a presidência da Comissão Europeia e as outras lideranças do bloco que urgiam por novos avanços no aprofundamento da integração.

Ainda assim, migrando para a terceira fase com o reconhecimento de informações discrepantes, a partir do momento em que o governo Thatcher detecta uma divergência entre suas intenções para o futuro da CEE e a visão pretendida pelos outros membros, surge mais um componente que motiva a necessidade de mudança da postura programática do Reino Unido. Incurrendo na quarta etapa, ao observar as sinalizações advindas dos pronunciamentos de Delors quanto o *status quo* existente na Comunidade Europeia na segunda metade da década de 1980, Thatcher estabelece uma conexão causal entre o aprofundamento do problema e a política existente associando os movimentos da CEE com o fortalecimento das prerrogativas de atuação supranacional, motivando ainda mais a ação de seu governo para uma correção da política externa para Europa.

¹¹ Segundo Hermann (op.cit., p.15), até mesmo o fato de que a política externa anterior tenha sido bem-sucedida pode motivar sua modificação, eliminando a necessidade de seu aprofundamento, como feito pelo governo Thatcher na conclusão do mercado único europeu.

Na quinta etapa, ao tentar alcançar o desenvolvimento de alternativas em substituição à política desenvolvida até então, é possível detectar uma das falhas no avanço deste processo no governo britânico, uma vez que a alternativa apresentada pela primeira-ministra no Discurso de Bruges não continha nenhum elemento ou proposição concreta, tomando como orientação geral uma interrupção das atividades desenvolvidas pela integração europeia até o momento e focando apenas na manutenção do mercado único europeu.

Esta falta de precisão na proposta também prejudicou a sexta etapa, com a tentativa de construção de um consenso entre autoridades oficiais em torno de novas opções. A falta de entusiasmo e engajamento de outras lideranças do governo britânico com a tentativa de reversão no trato com a CEE, principalmente por parte do Ministério das Relações Exteriores com Sir Geoffrey Howe e do Ministério da Fazenda com Nigel Lawson, dois membros seniores do governo Thatcher e com grande poder de barganha dentro do Partido Conservador; não prejudicou apenas a coesão interna para implementar a mudança, mas também desgastou seu respaldo para influenciar no debate em âmbito europeu.

Estes componentes acumulados desde a consecução da segunda fase do processo decisório culminaram na última etapa, com a tentativa de implementação da mudança com o Discurso de Bruges.

Mesmo com um respaldo decisório incompleto, impossibilitando a efetiva implementação das propostas contidas no discurso, Thatcher segue com o pronunciamento como um último recurso para redefinir a agenda programática da relação do Reino Unido com a Comunidade Europeia, bem como a retenção das aspirações e avanços federalistas pretendidos por este último. De todo modo, a dificuldade para reunir o apoio e consenso das autoridades domésticas e internacionais em torno desta mudança programática incorreram tanto na ausência de sucesso para alteração da política externa do Reino Unido para CEE quanto na perda de apoio político interno para Thatcher, que entrou em choque com os interesses e posicionamentos de outras lideranças do Partido Conservador (como foi o caso supracitado de Howe no Ministério das Relações Exteriores) para tentar avançar com a proposta representada pelo Discurso de Bruges.

Tabela 6 – Aplicação das Etapas Decisoras na Mudança de Política Externa

Etapa 1	Elaboração do Discurso de Bruges (Gabinete na Primeira-Ministra e Ministério das Relações Exteriores)
Etapa 2	Antagonização da proposta britânica (pausa na integração) versus consecução das lideranças da CEE (federalismo)
Etapa 3	Pronunciamentos de Jacques Delors
Etapa 4	Interpretação dos pronunciamentos de Delors com o fortalecimento das prerrogativas federalistas da CEE
Etapa 5	Ausência de proposições concretas no Discurso de Bruges
Etapa 6	Falta de coesão ministerial frente desgaste político de Thatcher
Etapa 7	Discurso de Bruges

Fonte: Elaboração própria do autor

De todo modo, embora o avanço da agenda para mudança de política externa britânica não tenha sido bem-sucedido durante os anos finais do governo Thatcher, as circunstâncias legadas por este episódio corroboram sua importância na história contemporânea do relacionamento entre o Reino Unido e a União Europeia. Com a saída de Thatcher do poder em 1990, o sentido da crítica contida no Discurso de Bruges reverbera de maneira gradativamente mais intensa entre setores Conservadores da política britânica que passam a se organizar em torno desta questão não resolvida, elevando a magnitude da problemática na relação da Grã-Bretanha com o processo de integração europeu.

Conclusão

Quase 30 anos após o pronunciamento do Discurso de Bruges, ainda é possível observar os efeitos de como a tentativa da primeira-ministra Thatcher de fazer uma mudança programática para a Comunidade Europeia não foi concretizada e permaneceu como ponto pendente.

A partir da análise deste trabalho, pode-se concluir que o desfecho inconclusivo da tentativa de mudança de política externa do Reino Unido para a CEE no final da década de 1980 permitiu que a agenda de relacionamento do país com o bloco regional passasse por uma maturação negativa.

Estes fatores, ao largo, magnificaram o potencial da mudança de política externa já concretizada com a decisão do Reino Unido em abandonar o projeto de integração europeia. Isto não apenas acirrou os diferentes grupos políticos domésticos do Reino Unido, mas elevou principalmente a categoria de mudança podendo até incorrer na necessidade de uma redefinição da orientação internacional britânica dependendo dos resultados obtidos nas negociações

oficializando a saída da União Europeia durante o governo May. Esta circunstância extrema modificaria o papel do país nas diversas atividades internacionais, relativizando seu poder de barganha e influência, além de alterar várias de suas agendas simultaneamente.

Logo, a conexão explicativa entre o conteúdo do Discurso de Bruges em 1988 e a agenda decisiva para o Reino Unido e União Europeia atualmente fica estabelecida, expondo principalmente os riscos de relacionamentos mal definidos na política internacional.

Embora não tenha sido possível promover a mudança de política externa pretendida entre o período do pronunciamento do discurso até o final do governo Thatcher, uma mudança fundamental ocorreu dentro do Partido Conservador e, ao largo, dentro da sociedade britânica que faria o país se tornar, a partir de então, tenso e indisposto à maiores compromissos com a União Europeia incorrendo, finalmente, na escolha de saída definitiva do projeto de integração europeu.

Referências Bibliográficas

10 DOWNING STREET. Charles D. Powell. **Invitation to the Prime Minister from the College of Europe at Bruges**, 1988 Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/94137C5743C54FC88D7C17FCDF5A3285.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2015.

AITKEN, Jonathan. **Margaret Thatcher: power and personality**. Londres: Bloomsbury Continuum, 2013.

ALDOUS, Richard. **Reagan e Thatcher: uma relação difícil**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ALLISON, Graham T.; HALPERIN, Morton H. Bureaucratic Politics: a paradigm and some policy implications. **World Politics**, vol. 24, p.40 – 79, 1972.

ANDERSON, Bruce. Europe: Riding roughshod over Continental hypocrisy. **Daily Telegraph**, Londres, 21 set 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/E95AD763BB884822A870752F94A21FA6.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2015.

BERRINGER, Tatiana. Bloco no Poder e as Análises de Política Externa. **Revista de Estudos Internacionais**. Vol. 06, 2015. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/File/171/pdf>>. Acesso em: 04 dez 2016.

BRECHER, Michael; HARVEY, Frank P. **Conflict, Security, Foreign Policy & International Political Economy**: past paths and future directions in international studies. Michigan: University of Michigan Press, 2002.

BRIGHI, Elisabetta. **Foreign Policy, Domestic Politics and International Relations**: the case of Italy. Nova Iorque: Routledge, 2013.

CAMERON, David. **EU Speech at Bloomberg**, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>>. Acesso em: 04 jun 2016.

CAMPBELL, John. **The Iron Lady**: Margaret Thatcher, from grocer's daughter to prime minister. Nova Iorque: Penguin Books, 2011.

CORBETT, Richard; JACOBS, Francis; SHACKLETON, Michael. **The European Parliament**. 8ª ed. Londres: John Harper Publishing, 2011.

CLARK, Alan. **The Alan Clark Diaries**: in power 1983 – 1992. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1993.

COLLEGE OF EUROPE. **Opening Ceremonies**. Disponível em: <<https://www.coleurope.eu/website/about-college/history/opening-ceremonies>>. Acesso em: 14 jun 2015.

DAVIES, Norman. **Europe**: a history. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DELORS, Jacques. **1992: The Social Dimension** – Address by Jacques Delors President of the Commission of the European Communities. Trades Union Congress, 08 set 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/7C4B2DDEB5CE4B4AB639943D78A556E6.pdf>>. Acesso em: 08 jan 2016.

DINAN, Desmond. **Ever Closer Union**: an introduction to European integration. 4ª ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. The European Integration Process In: HAY, Colin; MENON, Anand. **European Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

EUROMOVE. **The UK's Contribution to the EU Budget**. Out 2011. Disponível em: <<http://www.communicate-europe.co.uk/index.php?id=15079>>. Acesso em: 11 jan 2016.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Debates of the European Parliament N°2-367/137-161**. 6 jul 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/E8008D507B0843D2A10FD4F03205D5E0.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2015.

FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE. Stephen Wall. **Invitation to Prime Minister**: College of Europe, 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/E205690B518E4B7FBAEC8839533ECE5.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2015.

_____. Lyn Parker. **Invitation to the Prime Minister from the College of Europe, Bruges**, 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/E205690B518E4B7FBAEC8839533ECE5.pdf>>.

3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/F8FD8C609E71485FA347B079F9FE6AE2.pdf>. Acesso em: 14 jun 2015.

_____. John Kerr. **Prime Minister's Speech at Bruges**: 20 september, 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/9C8C0E55501145EC8809E73D71A0D54F.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2015.

_____. John Kerr. **Prime Minister's Speech on Europe in Bruges on 20 September 1988**, 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/38349E198E944BDA9C5D894855B1F275.pdf>>. Acesso em: 09 jan 2016.

GOODWIN, Stephen. The Maastricht Debate: Major driven to confidence factor. **Independent**, Londres, 22 jul. 1993. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/the-maastricht-debate-major-driven-to-confidence-factor-commons-exchanges-treaty-issue-cannot-fester-1486498.html>>. Acesso em: 23 out. 2016.

GRANT, Charles. **Thatcher's Legacy to Europe**, 2013. Disponível em: <<https://www.cer.org.uk/in-the-press/thatchers-legacy-europe>> Acesso em: 27 fev 2016.

HEALEY, Nigel M. **The Economics of the New Europe**. Londres: Routledge, 1995.

HEFFER, Simon. Thatcher signals fight to stop EEC superstate. **Daily Telegraph**, Londres, 21 set 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/4AA2A7B78525460BA5C4172EDBAD27A9.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2015.

HERMANN, Charles F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, vol. 34, n. 01, p. 03-21, mar. 1990.

HOLMES, Martin. **John Major and Europe**: the Failure of a Policy 1990 - 7. Bruges Group, nº 28, 2002. Disponível em: <<http://www.brugesgroup.com/mediacentre/papers/8papers/801johnmajorandeuropethefailureofapolicy19907>>. Acesso em: 15 ago 2016.

HOLSTI, Kalevi J. **Why Nations Realign: Foreign Policy Restructuring in the Postwar World**. Londres: Allen & Unwin, 1982.

JUDT, Tony. **Post War**: a history of Europe since 1945. Londres: William Heinemann, 2005.

LABOUR PARTY MANIFESTO. **The New Hope for Britain**. Partido Trabalhista Britânico, 1983. Disponível em: <<http://www.politicsresources.net/area/uk/man/lab83.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

LAWSON, Nigel. **The View from No. 11**: memories of a Tory radical. Londres: Bantam, 1992.

- MACSHANE, Denis. **Brexit: how Britain will leave Europe**. Londres: I.B. Tauris, 2015.
- MAJOR, John. **John Major: the autobiography**. Londres: Harper Collins Publishers, 2000.
- MCDONALD, Frank. Completing the Internal Market in the European Union In: HEALEY, Nigel M. **The Economics of the New Europe**. Londres: Routledge, 1995.
- MARR, Andrew. **A History of Modern Britain**. Londres: Pan Macmillan, 2008.
- _____. **The Andrew Marr Show Interview: Sir John Major**. 05 jun. 2016. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/05061601.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- MARTIN, Iain. It's Crunch Time for Britain in Europe. **Standpoint**, jan/fev 2012. Disponível em: <<http://standpointmag.co.uk/node/4259?page=0%2C0%2C0%2C0%2C0%2C0%2C0%2C0%2C0%2C3>>. Acesso em: 09 jan 2016.
- OFFICE OF THE UNITED KINGDOM PERMANENT REPRESENTATIVE TO THE EUROPEAN COMMUNITY. David Hannay. **Invitation to the Prime Minister to Address the Inauguration of the New Academic Year at the College of Europe, Bruges**, 1988. Disponível em: <<http://fc95d419f4478b3b6e5f-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.r87.cf1.rackcdn.com/26F1D867D16445529C9334B3BEDBAF3A.pdf>>. Acesso em: 14 jun 2015.
- O'SULLIVAN, John. **The President, the Pope and the Prime Minister: three who changed the world**. Washington, DC: Regnery Publishing, Inc., 2006.
- PINDER, John; USHERWOOD, Simon. **The European Union: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, Vol.42, n.03, p.427-60, 1988.
- ROSAMOND, Ben. Britain In: HAY, Colin; MENON, Anand. **European Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SIMMS, Brendan. **Europe: the struggle for supremacy, from 1453 to the present**. Nova Iorque: Basic Books, 2013.
- SKED, Alan; COOK, Chris. **Post-War Britain: a political history**. Londres: Penguin Books, 1993.
- TAGGART, Paul. A Touchstone of Dissent: Euroscepticism in Contemporary Western European Party Systems. **European Journal of Political Research**, vol. 33, p. 363 – 388, 1998.
- THATCHER, Margaret. **Os Anos em Downing Street**. Lisboa: Bertrand Editora, 1994.

_____. **Speech to the College of Europe (The Bruges Speech)**, realizado em Bruges, 20 de setembro de 1988. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/document/107332>>. Acesso em: 13 mai 2015.

_____. **The Path to Power**. Londres: Harper Colling Publishers, 1995.

THE BRUGES GROUP. **About:** the Bruges Group. Disponível em: <<http://www.brugesgroup.com/about/index.live>>. Acesso em: 10 jan 2016.

THE Roots of Euroscepticism. **The Economist**, Grã Bretanha, 12 mar 2016. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/britain/21694557-why-britons-are-warier-other-europeans-eu-roots-euroscepticism>>. Acesso em: 18 out 2016.

THIÉRIOT, Jean-Louis. **Margaret Thatcher: de l'épicerie à la chambre des lords**. Paris: Éditions Perrin, 2011.

VINEN, Richard. **Thatcher's Britain: the politics and social upheaval of the 1980s**. Londres: Simon & Schuster, 2009.

YOUNG, Hugo. **One of Us**. Londres: Macmillan London Limited, 1989.

WALTZ, Kenneth. **Man, the State, and War: A Theoretical Analysis**. New York: Columbia University Press, 1959.

WHYNES, David. After 1992: political economy of the Single European Act In: HEALEY, Nigel M. **The Economics of the New Europe**. Londres: Routledge, 1995.

WORLD BANK DATABASE. **GDP at Market Prices (current US\$)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?page=6>>. Acesso em: 11 jan 2016.